

P.R. Tolentino

ANC p. 2

## Cumprindo o dever

O senador Rui Bacelar (PMDB-BA) apresentará emenda determinando que entre 120 e 180 dias após a promulgação da nova Constituição sejam realizadas eleições diretas para presidente da República. Alega que a permanência do atual Presidente no cargo, após essa data, será "uma quebra da continuidade da transição democrática".

A justificativa pode não ser das melhores, mas a proposta tem quase tudo para sensibilizar a opinião pública. Apesar de o Presidente garantir que não há crise econômica e achar mesmo que a inflação não ultrapassará 70 por cento, a verdade é que ela existe e tende a provocar uma outra, de natureza político-institucional, com consequências imprevisíveis. Qualquer repórter político pode, com isenção, testemunhar que duas opções predominam hoje nas conversas dos constituintes: redução do mandato do Presidente para quatro anos ou a adoção imediata do parlamentarismo, hipótese em que, como a Rainha da Inglaterra, poderia conservar os seis anos.

Esse quadro é uma decorrência da crise econômica, que destruiu a popularidade do Presidente mais querido do que os deuses, e está levando o PFL para uma posição incontestável de crítica ao Governo. Estivesse o Presidente com o apoio de um ano atrás, fundamentado na ilusão do Plano Cruzado, nenhum político da Aliança Democrática poria em dúvida a legitimidade de seu mandato. Pelo contrário. Naquela época, o PMDB, que se preparava para romper com o Governo, rapidamente adaptou-se à repercussão das medidas econômicas e delas se aproveitou largamente.

Do ponto de vista político, não há o que criticar. O PMDB era o maior responsável pela mudança do regime, os ministros da área pertenciam a seus quadros e, aparentemente, a política econômica era a mesma que vinha sustentando durante anos. O condenável foi não terem sido adotadas as medidas exigidas pelo interesse público para que o partido não fosse prejudicado nas eleições. São responsáveis, perante o povo e a História, o Governo e os homens do PMDB que tiveram conhecimento das recomendações e advertências dos economistas e protelaram a decisão para após as eleições.

O PFL, nesse período, comportou-se com altruísmo. Não ficou com os que denunciavam o fracasso do Cruzado, percebido com facilidade, nem dele se aproveitou, o que pode ter sido um erro se o único objetivo da política for vencer as eleições. Agora, passado o pleito, o PFL, até por um sentimento de dever, suscita o debate sobre a política econômica, que delapidou as reservas cambiais, provocou duas hiperinflações em um ano e conduziu-nos para a recessão, melhor, a estagflação.

Esse comportamento, que merece a admiração, é classificado por um expansivo e agitado ministro do PMDB como uma tentativa de "envenenar" o Presidente. Um julgamento que o jovial e movimentado ministro do PMDB não tinha o direito de fazer do ético ministro Aureliano Chaves, que está simplesmente exigindo a verdade. E de público, como o povo gosta.

JOÃO EMILIO FALCÃO

CORREIO BRAZILIENSE

12 FEV 1987